

Suspensão dos pagamentos para preservar reservas?

Caso haja risco de se esgotarem as reservas em moedas forte, prevalecendo a queda no saldo comercial, o Brasil deve suspender o pagamento dos juros da dívida externa, ao menos temporariamente. Esta é a opinião do chefe do Centro de Estudos Monetários e Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista Jr., para quem "o governo não pode deixar que se repita a situação de 1982, quando o Brasil só negociou o corte de pagamentos quando as reservas estavam a zero".

Ele assinalou que os críticos do Plano Cruzado I acertaram em cheio ao ressaltar, logo de início, que as medidas pecavam pela falta de soluções para o déficit público e o desafio externo. E, sobre o recente ajuste, ele garantiu que deverá ter um efeito contrário ao pretendido pelo governo, ou seja, estimulará a demanda. Assim, ele disse que o resultado básico do pacote será apenas a transferência de dinheiro dos particulares para o governo federal. Nogueira Batista Jr. afirmou que os dados mostram uma total incompatibilidade entre fazer crescer a economia e manter um alto saldo comercial e sem esses elevados superávits, é impossível continuar a pagar a dívida. Uma outra opção, seria conter a demanda interna, ele esclareceu, "para que o País gerasse US\$ 13 bilhões de saldo nas exportações e pudesse pagar os juros da dívida". Mas ele ponderou que esta seria uma "atitude desastrosa, causando inflação — devido à necessidade de se adotar uma maxi desvalorização do cruzado — e recessão, para que a redução de consumo pudesse gerar excedentes exportáveis".

Para ele, a hipótese de se perseguir um alto saldo comercial é "tecnicamente concebível, mas politicamente impossível", devido aos compromissos da Nova República com o controle da inflação, a manutenção do crescimento e a redistribuição de renda. "As alternativas são: cortar os juros e manter um crescimento de 6% a 7% ou tentar pagar a dívida e gerar recessão e inflação", ele acentuou.